



REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: FOTOS PÚBLICAS

Ataques ao meio ambiente e danos às vidas periféricas

Periferias dão lições de preservação ambiental

Cultura hip hop: muito além da arte e diversão

AGENDA DE LUTAS JUNHO DE 2021



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Ataques ao meio ambiente e danos às vidas periféricas

O Brasil vive um dos maiores ataques de sua história no que diz respeito à agenda de meio ambiente. São incontáveis os retrocessos e os crimes cometidos nesse tema, praticados, ou ao menos incentivados, pelo governo Bolsonaro e seu ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. No mês em que o mundo celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, a **Revista Reconexão Periferias** traz essa pauta para refletir coletivamente sobre o fato de que as lutas das periferias por melhores condições de vida, trabalho, moradia, saúde e lazer estão completamente relacionadas às lutas ambientais.

No campo, o direito a plantar o que se come, de preservar as águas, as florestas, os biomas e



FOTO: PREFEITURA DE DIAMANTINO (MT)

suas diferentes tradições e identidades culturais é cotidianamente ameaçado por representantes do ultraconservadorismo, que desprezam a construção do bem viver coletivo e da soberania nacional.

Nas cidades, a ocupação urbana da maioria delas deu-se sem considerar as condições ambientais, inclusive muitas famílias ainda hoje vivem sem esgotamento sanitário e demais infraestruturas urbanas ambientais

mínimas. O mercado imobiliário empurra as famílias mais pobres para as periferias e para áreas totalmente inadequadas à habitação, incluindo aqui as situações irregulares, como saída única para ter um local de moradia.

Aqueles que praticam, silenciam e são cúmplices dos crimes contra o meio ambiente são os mesmos também que se organizam contra a população periférica e seus direitos básicos. Por

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

isso afirmamos que não há lutas prioritárias ou mais estratégicas a serem travadas. Para a classe trabalhadora, para a população periférica, há a luta pela sobrevivência e por um outro modelo de desenvolvimento, baseado na garantia de direitos básicos a todos e todas.

As periferias estão nessa luta mostrando que seus modos de organização, produção e comercialização podem representar um avanço na defesa do meio ambiente, e é sobre isso que trata a entrevista de Adriana Ramos, conselheira do Instituto Socioambiental (ISA), uma das mais importantes ONGs brasileiras do setor.

Do mesmo modo, o artigo de Marina Domingues, Jorge Silva e Dayane Calçado mostra como uma experiência da Feira de Economia Solidária, em Assis (SP) é capaz de estabelecer suas forças junto das trabalhadoras e trabalhadores organizados coletivamente em busca da emancipação do sujeito a partir do traba-

lho, articulação política e comercialização.

Clédisson Júnior, antropólogo, trata em seu artigo da injustiça e do racismo ambiental, a partir de acontecimentos em Belo Horizonte (MG), argumentando como os danos ambientais causados pelo “desenvolvimento” recaem sempre em populações de baixa renda e grupos raciais historicamente marginalizados.

Nilto Tatto, ambientalista e deputado federal pelo PT-SP, afirma que a destruição ambiental é também uma expressão da violência, pois assola e brutaliza as relações sociais e comunitárias ao induzir todos os outros tipos de violência e exclusão. Tatto fala ainda sobre a atualidade da luta por meio ambiente nas periferias, especialmente por movimentos protagonizados pela juventude, destacando que as periferias estão resistindo e avançando em consciência ambiental.

E, para ajudar a enfrentar os desafios na educação ambiental, Alexandre

Queiroz, Coordenador de Educação no Centro de Estudos Rio Terra, escreve sobre o processo realizado de educação não formal em mais de doze municípios do estado de Rondônia, junto a comunidades ligadas à agricultura familiar e demais populações tradicionais residentes em reservas extrativistas.

O coletivo do qual traçamos o perfil nesta edição da Revista é o Fórum Permanente de Hip Hop do Rio Grande do Sul, que atua para muito além da diversão e da arte, resgatando a vida dos jovens periféricos.

Na seção de arte, apresentamos Maria Zenaide, natural da zona rural de Tarauacá (AC), cantora, compositora e integrante da banda Águas do Juruá, onde canta samba brega; e Priscila Magela (MG), cantadeira, compositora e poeta da beira do Velho Chico, como é conhecido popularmente o Rio São Francisco, em Minas Gerais. Boa leitura! ■

ARTIGO

É preciso abordagem interseccional para lidar com a crise climática

CLÉDISSON JUNIOR

CLÉDISSON JUNIOR
É ANTRÓPOLOGO E
DOUTORANDO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS,
AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO E
SOCIEDADE PELA UFRRJ.



FOTO: ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

A injustiça e o racismo ambiental ocorrem quando a maior parte dos danos ambientais causados pelo “desenvolvimento” recai em populações de baixa renda, grupos raciais historicamente marginalizados e quase sempre em situação de vulnerabilidade.

Moradores e comerciantes da Vila São Paulo, comunidade que fica na divisa das cidades de Belo Horizonte e Contagem, sempre ficam apreensivos após o início

do período de chuva na região. No local, o córrego Ferrugem se encontra com o Ribeirão Arrudas, e os dois costumam transbordar com o volume de água que

chega dos afluentes. Em todo período chuvoso, as famílias têm suas casas inundadas e constantemente perdem tudo que foi construído durante toda uma vida. Nos últi-

mos anos as chuvas vêm causando estragos em diversos pontos do município de Contagem e em toda a região metropolitana de Belo Horizonte.

Em 2020, o mês de janeiro foi mais chuvoso registrado em Belo Horizonte desde 1910, quando se iniciou a série histórica. O bairro de Lourdes, na região centro-sul da cidade, conhecida por luxuosos condomínios verticais e comércio de altíssimo poder aquisitivo, não resistiu à precipitação de 183,3 milímetros de chuva em três horas e teve vias submersas diante da quantidade de água que atingiu a cidade. A via se transformou em um rio a céu aberto, com a água invadindo bares e restaurantes e provocando uma grande correnteza que arrastou carros e postes.

Nos dias seguintes após o arrefecimento da chuva, o que se pode ver foi o asfalto que ruiu, abrindo crateras. Restaurantes, bares, agências bancárias, antiquários, farmácias, boutiques, postos de gasolina, supermercados,

salões de beleza e barbearias, delicatessens, padarias, floriculturas, agências de turismo e escritórios, nada escapou da fúria da água. Calçadas inteiras foram arrancadas.

Normalmente os temporais registrados no começo de todo ano na região Sudeste são, em geral, fenômenos meteorológicos associados a causas naturais. Contudo, para alguns especialistas, a intensidade dos temporais é um reflexo das mudanças climáticas. O que se observa é que a elevação das temperaturas do planeta faz com que fenômenos extremos se tornem cada vez mais frequentes. Chuvas que eram para cair em um período de 30 dias estão caindo no período de um ou dois dias.

O que também chama a atenção é o tratamento dado acerca da resolução dos problemas causados pela chuva, considerando as diferenças geográficas e o perfil socioeconômico dos atingidos pelos temporais. Sobre os problemas recorrentes causado pelas intensas chuvas na

vila São Paulo, na região do Industrial, onde 30 mil pessoas sofrem com as inundações, no ano de 2019 foi realizado pelo poder público municipal um treinamento, um simulado de enfrentamento a enchentes no período chuvoso. Os moradores também foram cadastrados para receber os alertas da Defesa Civil. É importante aqui destacar que nos anos que se seguiram as comunidades da Vila São Paulo e o seu entorno continuaram sendo impactada pelas fortes chuvas e pelas inundações que têm causado constantes remoções, quando não ocorrem mortes em função das enchentes.

Já no bairro de Lourdes, localizado na região mais nobre da capital mineira, a reconstrução das ruas e da praça destruídas pelo temporal e liberação da via para uso dos moradores e aqueles que necessitam acessar a região se deu em um período recorde de uma semana. É importante aqui fazer uma ressalva: inúmeras outras regiões de BH foram e são impactadas pelo

poder das chuvas, e uma delas é a região de Venda Nova, zona norte da cidade. Para as obras de urbanização de áreas de risco, o governo municipal solicitou a autorização da Câmara dos Vereadores para contrair empréstimos na ordem de 900 milhões de reais com o intuito de impulsionar o Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro. Destaca-se que no entorno da bacia se localizam as ocupações urbanas Izidora, Helena Greco, Dandara, Vitória e Rosa Leão, territórios negros que se insurgiram contra a especulação imobiliária. O empréstimo de 900 milhões de reais foi rejeitado pela maioria dos vereadores conservadores da casa.

Mobilizo aqui o termo justiça ambiental, um conceito atribuído a Robert Bullard, sociólogo norte americano, que em suas pesquisas apontou que as comunidades negras no Texas são as que mais sofrem com a poluição e a destina-

ção do lixo para as áreas periféricas das cidades. Ele é autor de livros sobre desenvolvimento sustentável, racismo ambiental e justiça climática.

Por justiça ambiental se compreende o conjunto de princípios em que nenhum coletivo humano, desde grupos étnicos ou de classe, seja submetido a arcar desproporcionalmente com as consequências ambientais negativas de decisões políticas e atividades econômicas, assim como a ausência ou omissão destas mesmas decisões políticas. A injustiça e o racismo ambiental ocorrem quando a maior parte dos danos ambientais causados pelo “desenvolvimento” recai em populações de baixa renda, grupos raciais historicamente marginalizados e quase sempre em situação de vulnerabilidade.

As periferias brasileiras são territórios marcados pelo racismo ambiental. A expansão difusa das cidades, a discriminação e as violências (simbólicas e concretas) impostas pelo

poder público às populações negras, indígenas e extremamente pobres as tornam mais vulneráveis a problemas como poluição atmosférica, enchentes e deslizamentos de terras, proliferação de doenças e à contaminação de solo e da água potável. A incidência cada vez maior de eventos climáticos extremos, o aumento da temperatura causado pelo desmatamento, assoreamento de rios, pela emissão de gases de efeito estufa (GEE), causado pelas queimadas, por causa do uso intensivo de combustíveis fósseis nos automóveis e na indústria, assim como a destinação tendenciosa do lixo urbano, intensificam os riscos vivenciados por estas populações, fazendo com que estas pessoas experienciem de forma diferente das pessoas não negras, pessoas com maior poder aquisitivo, as consequências da crise climática ■

Periferias podem ensinar como defender o meio ambiente

POR ISAÍAS DALLE

Quando foram chamadas e tiveram oportunidade de contribuir no processo decisório e na elaboração de políticas, as periferias mostraram que seus modos de organização, produção e comercialização podem representar um avanço na defesa do meio ambiente e de tudo que está a ele relacionado, como os direitos das próprias periferias.



ADRIANA RAMOS FOTO: ARQUIVO PESSOAL

A comunicadora Adriana Ramos, conselheira do Instituto Socioambiental (ISA), uma das mais importantes ONGs brasileiras do setor, afirma que prova consistente dessa contribuição se deu durante o ciclo mais intenso de redução do desmatamento na Amazônia, iniciado nos anos de 2003 e 2004. Por se tratar de Amazônia, símbolo internacional, essa contribuição foi testemunhada pelo mundo inteiro.

Adriana se refere à participação dos povos tradicionais e quilombolas, que cederam seus saberes para a elaboração das políticas ambientais daquele período.

Mas não só. Como meio ambiente também é assunto da selva de pedra, a ambientalista, que atua desde 1995, diz que as periferias urbanas também têm mostrado que muitos governos – e a própria ciência – podem aprender e incorporar de

suas práticas. As ações de solidariedade e de organização durante a pandemia são uma prova disso. Mas, ressalta, é preciso superar aquele que ela classifica como o pior momento da história do Brasil na questão ambiental, representado pelo atual governo.

Acompanhe a entrevista com Adriana:

Reconexão Periferias:

Vivemos um período de desmatamento recorde, invasão sem disfarces de

terras indígenas, falta de apoio estatal aos povos quilombolas, tentativas explícitas de ataque à legislação ambiental. Este é o pior momento para o meio ambiente brasileiro e para os direitos dos povos tradicionais que já presenciou, você que trabalha com essa questão desde 1995?

Adriana Ramos: Com certeza, e pelos relatos das pessoas até mais velhas, eu acho que é o pior momento da história do Brasil. Porque nós nunca tivemos uma ação governamental tão orientada de forma contrária à defesa do meio ambiente e aos interesses, digamos, difusos da sociedade. Então não tem a menor dúvida de que estamos vivendo o pior momento.

Em 2016, o Instituto socioambiental e você já denunciavam um salto gigantesco do desmatamento da Amazônia, com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O desmatamento já era o triplo do registrado no

ano anterior. Foi o período do impeachment da presidenta Dilma. Isso é uma coincidência ou as coisas têm relação uma com a outra?

Bom, então, eu acho que as relações são, digamos assim, até mais complexas. Até porque eu acho que a coincidência é, digamos, o reforço do protagonismo político de certos setores econômicos, principalmente do agronegócio, que militam contra a conservação ambiental e o direito dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. E que, vinham ganhando espaço politicamente até antes de 2016 e levaram ao que todo mundo sabe que aconteceu. Então, eu acho que é mais um reflexo desse fortalecimento político dos setores mais atrasados da sociedade brasileira e que vão deixando rastros e impactos em diferentes frentes.

Trazendo agora para este momento muito peculiar que vivemos, de pandemia de Covid-19, eu queria saber se essa pandemia tem realmente

alguma relação com a superexploração dos recursos naturais e, se sim, eu quero saber se você acredita que a pandemia pode mudar o quadro geral que temos da nossa relação com a natureza.

Eu acho que ainda há muito para se desvendar das relações mais objetivas de onde surgiu essa pandemia especificamente, mas que os desequilíbrios ecológicos viabilizam e nos tornam mais vulneráveis a situações como essas que a gente está vivendo, isso é flagrante. Isso já é bastante reconhecido. Ao mesmo tempo, esses desequilíbrios tornam as comunidades mais vulneráveis também, com mais dificuldades, por exemplo, de garantir uma resiliência para o enfrentamento dessa situação. A degradação ambiental, por exemplo, fragiliza muitas vezes as condições de autossustentação e segurança alimentar de certas comunidades rurais. E a pandemia vai agravar isso. Eu tenho a esperança, eu acho que todos nós temos, de que a situação

limite da pandemia leve a sociedade a diferentes reflexões sobre as opções de desenvolvimento que a gente fez. Então, há uma expectativa de que nesse momento, se a gente olhar para o que a ciência tem a nos dizer, vai identificar questões que estão na nossa forma de viver hoje e que deveriam ser mais bem pensadas e refletidas para que a gente não seja tão vulnerável a situações como essas no futuro. Porque não só os cientistas demonstram uma relação direta dos desequilíbrios ecológicos com o surgimento dessas pandemias, mas eles apontam para uma perspectiva de que isso venha acontecer com mais frequência no futuro. Penso que é fundamental olhemos para essa experiência com a perspectiva de aprendizado, porque a gente vai lidar com isso daqui para frente, pois a tendência é que isso possa acontecer outras vezes.

Eu acho que é uma questão que envolve não só uma maior conscientização, mas uma

necessária adesão a um confronto com grandes poderes econômicos, o que é uma coisa muito complicada, muito mais difícil, né. E que envolve inclusive um convencimento dos meios de comunicação. Não adianta só culpar o poder público pela ausência de ações. Onde é que estão as raízes dos problemas, não é? E aí quando a gente vai falar do poder econômico das grandes corporações e das próprias regras do capitalismo, o assunto vira tabu. O que você acha disso?

Olha, eu vou te dizer eu acho que esse assunto tem sido tabu em várias frentes, e mesmo nós, de esquerda, precisamos reconhecer que também foi um tabu muito grande durante muito tempo. Hoje é mais fácil ter posicionamento flagrante em relação a isso quando há uma situação de um governo como esse e de setores privados que se manifestam de uma forma tão flagrantemente contrária ao interesse coletivo. Mas como a gente está falando de mudanças

que vão mexer em toda forma de sustentação da sociedade, ela vai enfrentar esse tipo de problema nas diferentes linhas de debate e de perspectiva sobre o mundo. Então o que eu acho que é importante, e que este momento talvez nos traga isso, é exatamente a reflexão de que, independentemente dos caminhos que os diferentes países tomaram, o limite que é dado pela perspectiva da sustentabilidade se aplica a qualquer projeto de desenvolvimento que está posto hoje. Precisa ser retomado na nossa reflexão o entendimento de que a nossa base de recursos naturais é limitada e é preciso que o acesso aos recursos básicos para a sobrevivência seja democratizado e que as nossas formas de desenvolvimento, incluindo as relações de produção e trabalho, têm de ser revistas à luz de uma perspectiva de que a gente precisa garantir essas condições de vida para as gerações futuras.

Tem sido muito comum, por exemplo, nos debates internacionais e princi-

palmente nos debates intersetoriais com o setor privado, que todo mundo dá a entender de que tem um consenso na compreensão do assunto e que a grande questão agora é como fazer. Na verdade, o “como”, ou seja, a construção da solução, é uma possibilidade dada a partir do momento em que a gente tem um acordo do que quer fazer. Aí a ciência e tecnologia estão aí, os conhecimentos tradicionais, as diferentes formas inovadoras que a sociedade tem de se reorganizar. E a gente sabe, principalmente no Brasil, da nossa capacidade de reinvenção nesse sentido. Só que esse “como” embute a falta de vontade de se rever. Obviamente, para a lógica do capital, ela é mais grave, porque significa, assim, olha, o meu novo modo de fazer requer abrir mão de minhas margens de lucro e pensar uma perspectiva de mais sustentabilidade no sentido de que ela é mais democrática, de repartição dos recursos. Então eu acho que sem dúvida nenhuma tem uma limitação muito maior

na perspectiva do capital, mas não quer dizer que seja só essa a limitação que a gente enfrenta. Acho que todos nós estamos num processo de aprendizado e reflexão sobre o que construímos até aqui e como vamos lidar com essa nova consciência que ainda precisa ser trabalhada em várias frentes da sociedade.

Agora, a boa-nova, o que a gente tem a refletir de uma forma positiva, e que a pandemia também nos ajuda, é que quando a gente vê como as comunidades mais carentes, apesar de todas as dificuldades, foram capazes de pensar soluções, seja de organização, seja de produção, de distribuição, de atendimento, de solidariedade. Ou seja, a gente viu nesta pandemia emergir muita coisa boa do ponto de vista de as pessoas se reorganizando em formas diferentes de buscar soluções. E eu acho que é isso que nos dá uma certa esperança de que com essa vontade – se essa vontade for realmente, digamos, fidedigna, porque ela é para uma parcela da

sociedade, mas ainda não é para todos – eu acho que a gente encontra essa solução. Mas são desafios realmente muito grandes.

O que eu entendo, de parte do que você acaba de dizer, é que para os esperados próximos governos que caminhem numa direção oposta ao atual, há exemplos muito significativos das comunidades que podem ser copiados e podem servir de inspiração inclusive para programas de governo. É isso?

É, sem dúvida nenhuma. Eu acho que o Brasil tem essa experiência. Quando o Brasil conseguiu, por exemplo, reduzir o desmatamento da Amazônia – o que acaba sendo assim o efeito mais simbólico da nossa gestão ambiental, principalmente para o mundo - onde a gente tem indicadores objetivos, séries históricas, todo mundo acompanha e sabe o que está acontecendo – quando o Brasil conseguiu, a partir de 2003/2004, se organizar com uma política consistente para combater os desmatamentos, foi a

partir do estabelecimento de um plano que contava com a participação de diferentes setores da sociedade. E ali diferentes iniciativas foram desenvolvidas e permitiram que o Brasil fosse o país que mais reduziu emissões de gases de efeito estufa na história até agora por conta dessa redução do desmatamento. E que esse processo foi beber da fonte de inspiração de soluções da diversidade da sociedade que a gente tem. E eu acredito que é essa diversidade de situações que nos coloca diferentes soluções e que vai nos colocar no caminho para a superação desses novos dilemas.

Você nos diz que das periferias podem vir e já vieram lições que podem fazer o país mudar de patamar nessas questões. Eu quero perguntar se essas questões também são afeitas às periferias urbanas.

Totalmente. Eu acho que, por exemplo, um dos maiores problemas ambientais urbanos que a gente tem, e afeta as periferias e questões de saúde pública, por exemplo, é o saneamento básico. Toda a questão de gestão de resíduos. E mais do que isso: eu acho que a própria questão da forma de organização, de como a sociedade se organiza para enfrentar esses problemas.

A política ambiental é, das políticas brasileiras, talvez a mais antiga em termos de reconhecer a necessidade de uma estrutura de participação da sociedade, porque a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente é de 1981, portanto anterior à Constituição, e já previa a ideia de um sistema nacional, com conselhos em vários níveis, reconhecendo formalmente que é na participação da sociedade que você constrói as soluções. Porque você precisa de soluções que são negociadas.

A forma como hoje a sociedade nas periferias se organiza e busca as suas soluções tem uma



CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA COOPERQUIVALE (CITADA NA MATÉRIA), COOPERATIVA DE QUILOMBOLAS. FOTO: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

coincidência com a forma como a gente entende a solução dos problemas ambientais. E a gente viu agora, por exemplo, na pandemia, a possibilidade das conexões entre as periferias urbanas e os grupos mais marginalizados rurais. O ISA por exemplo, que atua na região do Vale do Ribeira, em São Paulo, tem apoiado a Cooperquivale, que é a cooperativa quilombola do Vale do Ribeira, na comercialização dos produtos que eles vendiam para merenda escolar, para os mercados institucionais – que acabaram sendo paralisados neste processo da pandemia – e fazendo com que essa produção dos sistemas agrícolas tradicionais quilombolas fosse destinada a algumas favelas de São Paulo, criando uma conexão quilombo-favela que neste momento solucionou um problema nas duas pontas: o de abastecimento das comunidades carentes da periferia, com um alimento de boa qualidade vindo da produção quilombola, que de uma hora para outra ficou sem os mercados institucionais.

Então, não só você tem questões ambientais que afetam diretamente o contexto urbano e mais profundamente as periferias, como tem soluções que são baseadas num mútuo fortalecimento para melhoria da qualidade de vida e da qualidade ambiental de alguns territórios. Eu acho que tem muitas conexões e essa proximidade que inclusive os grupos de juventude têm feito na troca entre diferentes coletivos. A gente vê a juventude indígena também muito presente junto aos grupos organizados das periferias, o que tem sido uma troca muito rica porque traz diferentes perspectivas e realmente permite uma visão nova, porque a gente precisa deixar alguns paradigmas para trás para poder enfrentar esse desafio com novas visões.

Quer dizer que experiências como essa que você citou da cooperativa quilombola do Vale do Ribeira e a conexão com favelas da capital e da região metropolitana devem ser mantidas para depois

da pandemia como um projeto de longo prazo e novo paradigma. Aproveito para perguntar, embora me pareça já respondido, mas só para gente deixar bem explícito: no país onde faltam comida, moradia, onde sobra violência sobre as populações periféricas, falar em meio ambiente não é uma coisa um tanto quanto distante, secundária?

Bom, então, esse é um debate muito, muito antigo e que pra mim, eu tenho uma visão muito particular sobre isso, porque eu acredito que quando ele é colocado dessa forma, tenta primeiro dissociar a questão ambiental daquilo que é fundamental: no meio ambiente estão as nossas condições básicas de vida. Então, você ter o meio ambiente equilibrado, você garante água limpa, ar não poluído, alimento de boa qualidade. Condições básicas de vida que vão favorecer fundamentalmente a todos nós, principalmente aqueles que, não tendo outras condições materiais mais objetivas, podem recorrer

à natureza como fonte básica de alguns insumos. Como se dissesse assim:

"olha, a pobreza impacta o meio ambiente, tipo nós temos que tratar o meio ambiente depois porque a pobreza é mais importante". A pobreza é mais importante, mas um dos elementos fundamentais da pobreza é a falta de acesso a esses fundamentos, a essas questões básicas de qualidade de vida. Você conversa por exemplo com o Davi Yanomami e ele diz o seguinte: 'Eu não sou pobre. Por todos os indicadores econômicos que existem, de geração de renda, de PIB, eu sou considerado pobre, mas eu tenho qualidade de vida, eu tenho acesso a alimento porque eu pesco, eu caço, eu faço o meu extrativismo. Então eu não sou pobre'.

A pobreza está associada à falta de acesso alguns recursos que também inclui a falta de acesso a recursos naturais, e aqui essa conversa muitas vezes leva a uma visão, que é muito difundida inclusive por esse governo, dessa

coisa de dizer que você precisa resolver a pobreza porque ela impacta mais o meio ambiente, que é como se dissesse assim, "o caboclo que depende de caçar uma paca para comer vai impactar mais o meio ambiente do que eu e você que temos o nosso frango congelado no freezer". E aí é uma bobagem, uma mentira. No Brasil, o que impacta a natureza é a riqueza. No Brasil, demarcar um hectare de floresta custa 1 mil reais. Quem é que tem 1 mil reais para abrir uma roça de um hectare? Então é preciso compreender a conservação ambiental como a garantia da manutenção das condições básicas de vida que são para todos. Melhorar as condições ambientais de uma comunidade é melhorar a qualidade de vida dessa comunidade, não o contrário. Não adianta você melhorar a renda e promover por exemplo só uma lógica de consumo que vai impactar mais no meio ambiente. Você não necessariamente melhora a qualidade de vida das pessoas só pelo acesso ao dinheiro, né? Se as pessoas

tiverem que gastar dinheiro por exemplo para comprar água potável, elas podem ter uma renda super alta, elas não vão ter uma melhor qualidade de vida. Por causa disso, então, eu acho que faz parte dessa mudança de paradigma compreender essas relações de uma maneira diferente também.

Você acaba de dizer de maneira muito cristalina, até aproveitando o exemplo da água que você acaba de citar, que é muito esclarecedor. Eu queria perguntar se o tema do meio ambiente continua sendo um elemento mobilizador da juventude aqui no Brasil. Se não, como colocá-lo de volta ao centro das preocupações da juventude como um elemento mobilizador, inclusive em defesa da democracia? E também como é que a gente faz um movimento chegar à institucionalização, se para isso é preciso de fato passarmos pelos mecanismos institucionais de representação, como partidos, o Legislativo?



CHEGADA DOS ALIMENTOS NA FAVELA SÃO REMO. FOTO: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Você vê isso com bons olhos ou esse é um mal necessário?

Eu acho que o meio ambiente é, sim, um tema mobilizador, principalmente da juventude, e eu acho que isso também já é reflexo de um esforço de muitos anos de construção, por exemplo, da política nacional de educação ambiental, que levou para as escolas essa temática, de todo um processo de mobilização da sociedade em que a questão ambiental sempre esteve muito próxima dessa coisa do trabalho voluntário, dos movimentos de militância, enfim. Eu acho que é preciso fomentar cada vez mais isso do ponto de vista das pessoas compreen-

derem como é que elas podem, com pequenas ações, ajudar a resolver problemas concretos da sua comunidade, no local onde elas vivem. Mas, ao mesmo tempo, entender a força que esse debate tem no campo da política. Então, aquela ideia do “agir local e pensar global”, ela é muito forte, porque a gente não pode desprezar a força e o efeito que têm a mobilização e a ação direta das pessoas no dia a dia para mudar a realidade de onde elas vivem e as condições de vida, mas, ao mesmo tempo, o fato de que as decisões políticas precisam estar associadas. Aí eu acredito em formas múltiplas de organização, acho que têm lugar

e elas são totalmente compatíveis, tanto a mobilização em termos de organização voluntária da sociedade, que acontece por meio de mutirões de coletivos que são menos, digamos, formalizados, mas também a participação política formal. Eu acho obviamente que o nosso sistema político tradicional, e mesmo a organização dos partidos, precisa também de uma certa renovação para dar esse espaço de diálogo. A gente vê muito isso não só com a juventude, mas quando a gente trabalha com populações diferenciadas, como os povos indígenas e as comunidades quilombolas: existe por exemplo uma disputa no campo da ciência, de como é que esses diferentes conhecimentos dessas populações se agregam na construção de um conhecimento científico? E isso se dá na questão da participação política também. Como estruturas institucionais, partidárias, que sejam arejadas o suficiente para reconhecer diferentes formas de participação, organização e construção de conhe-

cimento, e permitir que isso de fato permeie essa construção? Permitir que você tenha lideranças que venham dessas comunidades e que estejam mais associadas a diferentes práticas de organização e de intervenção social e também um espaço na construção política.

A gente vê, por exemplo, o Brasil tem agora, depois de muitos anos – a gente teve o Mário Juruna como deputado indígena muitos anos atrás e a gente tem agora a deputada Joenia Wapichana, que é indígena e foi eleita por um esforço coletivo de indígenas que estavam vinculados a diferentes partidos, mas que naquela comunidade, daquele Estado de Roraima, entenderam que ela era a melhor representação para ganhar o espaço. E a gente vê como é importante ter essa voz que traz a perspectiva indígena para essa construção coletiva. A Joenia, por exemplo, articulou uma frente parlamentar em defesa dos povos indígenas que reúne diferentes partidos e que tem uma partici-

pação imensa, inclusive do Partido dos Trabalhadores. A gente tem ali deputados como o Nilto Tatto, Airton Faleiro, tem uma presença constante e um papel superimportante a deputada Érika Kokay, aqui de Brasília. Mas essa liderança que vem da perspectiva indígena da Joenia traz uma novidade que é extremamente interessante para o debate dos direitos indígenas dentro do Congresso Nacional. Então, essa ideia de diversidade, para nós, que trabalhamos na questão ambiental, é muito flagrante, muito evidente de como as soluções que vêm das diferentes formas de lidar com o meio ambiente nos apontam caminhos mais profícuos. E eu acho que o que deveria acontecer é que as instituições precisavam estar mais abertas a lidar com essa diversidade de formas de organização, de conhecimento, que permitem que a gente realmente invente. Porque aquela máxima antiga: “você não pode querer soluções diferentes se você partir das mesmas práticas e das mesmas

coisas”. Então tem de começar fazendo diferente para ter um resultado diferente. Vale pra todo mundo, eu acho.

Inclusive com novos atores, com novos personagens.

Compreendendo isso: que são formas diferentes de ver as coisas, mas você precisa ter essa paridade. Essa possibilidade. E de uma certa forma eu acho que está sendo um aprendizado para todo mundo. A gente vem tendo de discutir questões de cotas, de dar espaço, protagonismo e voz para essas diferentes populações. Mas entre o processo que a gente começa a dizer que reconhece isso até aquele que a gente considera na tomada de decisão e realmente muda as nossas práticas para incorporar há um aprendizado. ■

Feira de Economia Solidária de Assis: festividade de afetos e comercialização justa

MARINA L S DOMINGUES, JORGE H M SILVA E DAYANE CALÇADO

MARINA L S DOMINGUES É PSICÓLOGA, EXTENSIONISTA NA INCOP/UNESP ASSIS, MILITANTE DA AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERADA DA AMATER. **JORGE H M SILVA** É SOCIÓLOGO, AGENTE DE DEFESA AMBIENTAL, COOPERADO DA AMATER. **DAYANE CALÇADO** É PSICÓLOGA, APOIADORA DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIADA DA CIRCUS.



DIA DE FEIRA (2019 - ANTES DA PANDEMIA) - FOTO: DIVULGAÇÃO

A Feira de Economia Solidária de Assis (SP), estabelece suas forças junto das trabalhadoras e trabalhadores organizados coletivamente em busca da emancipação do sujeito a partir do trabalho, articulação política e comercialização.

A Economia Solidária surge como uma alternativa de modelo econômico frente ao sistema capitalista, possibilita geração de renda dentro princípios da cooperação, da autogestão, da autonomia, do respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos.

A crise sanitária sem precedentes devido à pandemia de Covid-19 colocou à prova nossa capacidade de resistência e resiliência. Observamos que é necessário compreendermos que a saída é pela reintegração humanidade e meio ambiente, pois a crise também é ecológica. No atual contexto, preci-

samos renovar e aprofundar nossa reflexão sobre os meios e caminhos a trilhar.



A Rede “Trem Bão” surgiu em 2014 e se caracteriza pela comercialização solidária de produtos em transição agroecológica, em Assis (SP) e região. Em seu corpo estão os agricultores familiares assentados no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Boa Esperança, em João Ramalho, SP. Os produtos ofertados variam entre hortaliças, verduras, raízes, frutas, chás, temperos e processados manufaturados. A gestão se divide em “Trens” - Gula; Bufunfa e Roça. Conta com a assessoria da Incubadora de Cooperativas Populares Unesp Assis, a Cooperativa dos Agricultores Agroecológicos Boa Esperança (Cooaabe), da qual as produtoras/es fazem parte, e com o apoio do serviço de Ater da Cooperativa Amater.

O Circuito de Interação de Redes Sociais (Circus) formado em 2001, promove ações nas áreas da cultura, trabalho, saúde e habitação. Realiza processos de criação artística, produção de eventos culturais, sociais e ambientais, cursos e consultorias



ENTREGA DE CESTAS - FOTO DIVULGAÇÃO

na área de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos: a Feira de Economia Solidária, idealizada em 2019, pelo Circus e a Rede Trem Bão.

A primeira edição, em maio, ocorreu em frente ao Ponto de Cultura Galpão Cultural de Assis e reuniu três Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) vindos da agricultura familiar, com sua produção de alimentos agroecológicos e artesanatos. A partir dela, outros EES se aproximaram e iniciou-se um processo de organização autogestionária, com a construção de espaços de decisão, planejamento e organização. Durante 2019, a Feira manteve edições mensais e, a cada mês, agregava mais interessados. Ao final do ano, contava com dezes-

seis EES. Para além de dispor de frutas, verduras e legumes agroecológicos, comidas caseiras e artesanatos, tornou-se um ponto de encontro, trocas de saberes.

A experiência de trabalho em rede fornece, sobretudo, diversos aprendizados. O processo formativo é permanente e impacta diretamente cada integrante. Nesta perspectiva se somaram os esforços para a elaboração e realização do Encontro Regional de Economia Solidária – Fortalecendo o Comércio Justo e Solidário, que ocorreu durante os dias 30 de abril, 1 e 2 de maio de 2021, e contou com o apoio do projeto Reconexão Periferias (FPA-FES Brasil).

O Encontro gerou uma importante identidade territorial, trouxe um



PRODUTORES DA FEIRA - FOTO DIVULGAÇÃO

sentimento de pertencimento dos EES, permitiu compreender os novos desafios e a superação dos entraves tecnológicos difusos para o desenvolvimento integral, além de impulsionar dinâmicas da Economia Solidária. A comercialização dos produtos dos EES migrou para a plataforma "Faz a Feira", na qual estabeleceu uma loja virtual e permitiu a exposição dos produtos. Destaque para a chegada de novos consumidores, maior retorno financeiro, maior número de EES comercializando seus produtos. A entrega dos produtos aos consumidores ocorreu por meio da parceria com EES "Magrelas Voadoras", demonstrando que a saída para a crise passa por envolver todos os segmentos, estruturando novas cadeias e

arranjos produtivos.

A Feira segue pelas redes sociais, com um calendário de datas festivas e festas temáticas (celebração do amor, festa junina, entre outros). A Rede Trem Bão se fortalece como polo de fomento à alimentação saudável e à promoção de saúde coletiva, permeando os cuidados com quem produz e quem consome. Os espaços de acolhimento propõem uma forma de relação com o alimento, o consumo sustentável e a autogestão financeira. A busca permanente é atingir a cesta ideal, composta pela variedade de produtos hortifrutigranjeiros, com garantia do manejo agroecológico da produção no campo, sobretudo da não utilização de insumos químicos, agrotóxicos e demais

venenos, bem como adoção de boas práticas agroambientais. ■

Referências:

Playlist do Encontro Regional de Economia Solidária:

<https://youtube.com/playlist?list=PLW1RshuUkwsex8aNa3yjiEwzcJieu-hTE>

Video Feira da Economia Solidária:

<https://www.youtube.com/watch?v=UmbyQkAvpWo&list=PLW1RshuUkwsex8aNa3yjiEwzcJieu-hTE&index=1&t=20s>

Plataforma de vendas -
<https://www.fazafeira.com/feiraecosolassis>

<https://www.circus.org.br/>

<https://linktr.ee/amatercoop>

<https://auin.unesp.br/vitri-nempreendedorismo/38/a-incop-incubadora-de-cooperativas-populares-da-unesp-de-bauru-e-assis>

<https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia-leg-page/?id=6ac83624-5edc-4e57-aad1-46c09888cb2f>

Muito além de diversão e arte, hip hop resgata vida de jovens periféricos

POR ROSE SILVA



ATIVIDADE EDUCATIVA DO FÓRUM PERMANENTE DE HIP HOP. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Para falar do Fórum Permanente de Hip Hop do Rio Grande do Sul é importante lembrar a história de uma geração de adolescentes e jovens que, em meados da década de 1980, passaram a se encontrar nas ruas de grandes cidades, como Porto Alegre e São Paulo, para ensaiar seus passos de break e, assim, iniciar um movimento de resistência cultural. Tempos depois, a eles se juntaram grafiteiros, MCs e DJs, que se desenvolveram e se profissionalizaram a partir da black music para transmitir um legado de criatividade e arte à juventude periférica, em uma atuação coletiva que se perpetua até hoje em todo o país.

Jorge Cristiano, o b-boy Jukinha, um dos coordenadores do Fórum, participou do Black Time,

um dos primeiros grupos de rap e b-boys da Restinga, uma das maiores comunidades negras de

Porto Alegre. Ele começou a frequentar as rodas de break aos 12 anos, em 1989, na Esquina Demo-

crática, onde jovens se juntavam para dançar e trocar informação.

“Quando vi os caras dançando decidi que era isso que queria fazer e treinei para entrar no grupo Black Time, um dos mais conceituados do Rio Grande do Sul. Depois vieram os MCs e equipes de som, que começaram a colocar os seus equipamentos na rua, a gente chegava para dançar e tinha lá uma parede de caixas de som tocando música black, era coisa linda de se ver. Fazíamos rodas de b-boys, os MCs vinham mandando uma letra e, por último, se juntaram os grafiteiros. A partir dali a cultura hip hop começou a se organizar”, lembra.

Depois disso, surgiu a União Rapper da Tim (URT), a primeira entidade de hip hop do Rio Grande do Sul, composta por b-boys, MCs e grafiteiros que se encontravam toda semana na sala de uma escola da Restinga, onde havia um grande espelho. “A gente fazia laboratórios que serviam para

aprimorar a desenvoltura no palco, escrever letras e ensinar outros b-boys a dançar, além de fazer grafite, tudo ao mesmo tempo”, conta Jukinha.

A URT fez uma carta compromisso, entregue ao então prefeito Tarso Genro, do PT, que fortaleceu muito o movimento hip hop e se desdobrou posteriormente em um grupo de trabalho. Na carta, havia propostas de políticas públicas para a juventude e para a cultura, que resultaram em oficinas remuneradas, festivais e premiações.

As Uniãos Rappers se espalharam por outras comunidades da capital e depois passaram a envolver pessoas de Pelotas, Caxias, Rio Grande, Bento Gonçalves e outras cidades, em oficinas também formavam técnicos de som e luz. Esses jovens se tornaram técnicos de som, b-boys, MCs e Djs. Eles também foram estimulados a criar associações e atuar como líderes comunitários.

Em 2007, surgiu o Fó-

rum Permanente de Hip Hop do Rio Grande do Sul, porque as lideranças comunitárias viram que era necessário criar um espaço de convergência para tomada de decisões. O projeto se realiza sob a coordenação de nove integrantes: Jukinha, Gangster, Tyti, Ceia, Roger, Jeff, Alec, Moisés, Múltiplo e Diogo. Trata-se de um espaço onde todos os coletivos, artistas, educadores e produtores culturais se encontram e se organizam.

“Nossas reuniões aconteciam às terças-feiras, na Assembleia Legislativa, e impulsionaram a aprovação da Lei da Semana Municipal de Hip Hop. Durante o evento, passávamos por todas as comunidades realizando oficinas, micro-shows e no final um grande encontro no centro da cidade, onde se desenrolavam batalhas de b-boys e MCs, campeonatos de Djs e exposições de grafite”, relata Jukinha. Depois, foi aprovada também a Lei da Semana Estadual. Hoje, o Fórum se mobiliza para que o hip hop seja

considerado patrimônio imaterial de Porto Alegre.

Do soul, black e charm ao hip hop

A coordenadora do Fórum Suzana Bastos, mais conhecida como Tyti, do Projeto de Cultura Afro Soul, Black e Charm, começou seu trabalho no Fórum em 2017, quando convidou Jukinha, para uma apresentação na Esquina Democrática. Ela havia trabalhado como operadora de áudios na rádio Sucesso, em 1987, e já participava do movimento da black music. “Trabalhei com o Brother Neni, que na época tinha o grupo Jara Musisom, e Mano Delso DJ, precursores do movimento que deu origem ao hip hop”, recorda. Atualmente, ela também coordena um bloco e trabalha no departamento social de uma escola de samba.

A partir de um grupo que reúne DJs, formou-se o Projeto Cultura Afro, que faz as atividades de black music no Fórum. “É uma cultura musical histórica, que desde 1960

vem sendo divulgada em todo o mundo e que todo mundo curte”, afirma Tyti. “Além de falar sobre hip hop a gente trata de política, praticamente todos os coordenadores do Fórum são educadores sociais”, conta ela.

Políticas públicas para a juventude

Gangster, coordenador dos MCs, está na cultura hip hop desde 2004, quando tinha 20 anos, e integra o Fórum desde 2008. “Hoje eu faço parte da executiva, a gente busca os projetos, marcamos reuniões com secretarias, com o governo, fazemos parcerias para poder realizá-los. Temos vários deles: a Rua Cultural, as Semanas Municipal e Estadual do Hip Hop, a Esquina Cultural, o Negro e Negra em Movimento. E depois dessa ideia toda que eu tive dentro do fórum como militante, criei uma instituição, a Becos e Vielas, da qual sou presidente, aqui na Lomba do Pinheiro, que realiza vários projetos na comunidade”, relata.



ESQUINA DEMOCRÁTICA, BERÇO DO HIP HOP NO RS
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Ele reconhece a grande responsabilidade do lugar que ocupa e vê o hip hop como ferramenta de transformação. “Eu nasci numa comunidade e se não fosse a cultura hip hop eu não estaria mais aqui, pude voltar a estudar, voltar a ler um livro, enxergar as coisas de outro jeito. É um movimento que busca salvar as pessoas da comunidade, faz projetos para crianças, dentro das cadeias, dentro das Fases”, afirma.

Jefferson Manza, o Jeff Conex, que integra a coordenação do Fórum na Restinga, se apresenta como um menino que cresceu sem pai e sem mãe e diz que sua família é o hip hop. Ele relembra Mário Pezão como o grande pivô de sua capacitação na União Rapper da Tim. “Como eu não conseguia decorar as músicas, comecei a fazer beatbox na rua,

e, com isso, um senhor me viu e me deu um disco”, conta. Pezão foi o idealizador da URT, um dos coordenadores da descentralização de Cultura onde surgiram muitos projetos voltados para o hip hop e a juventude.

Alec, coordenador suplente do Fórum na Restinga, começou no hip hop com 12 anos mas já dançava desde os 8. “Meu irmão saía muito para a noite e nos apresentou o break. E a partir daí começamos a ir para a Rua dos Andradas, onde rolavam as rodas, porque a gente não tinha espaço. Tinha um campo na frente da minha casa com a grama tão baixa de tanto a gente treinar giros e mortais”, lembra.

“Quando o Juka apareceu, ele montou coreografia para a gente se apresentar no Canecão de Ouro, foi a primeira apresentação do Big Boys. Conseguimos divulgar o grupo e saímos na mídia nacional. O hip hop abriu muitas portas, só tenho a agradecer por ele na minha vida”, diz.

Alec trabalhou muito tempo como educador social e destaca a multiplicidade de sua arte: “No hip hop, se você não pode dançar, pode cantar. Se não pode cantar, pode ser DJ ou

MC ou grafiteiro. Por mais que se tenha limitações físicas, ele abre muitas janelas, basta a gente querer para estar em torno da música black e da cultura da periferia”, conclui. ■



ATIVIDADE EDUCATIVA DO FÓRUM PERMANENTE DE HIP HOP FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Entre as atividades desenvolvidas pelo Fórum estão projetos culturais, sociais, comunitários e políticas públicas:

- História do hip hop de Porto Alegre
- Unidade Rapper da Tim, primeira organização do hip hop do RS
- Semana Municipal de Hip Hop
- Semana Estadual de Hip Hop
- Registro do hip hop como patrimônio cultural imaterial de Porto Alegre 2021
- Encontro Estadual de Hip Hop 2021
- Participação no Colegiado Estadual de Cultura Populares e no Conselho Estadual de Cultura
- Oficinas remuneradas, festas temáticas, compra de equipamento, composição de livros
- Inclusão de edital específico para o hip hop em Porto Alegre, pela Lei Aldir Blanc
- Distribuição de cestas básicas, quentinhas e lanches nos hospitais e ocupações de Porto Alegre

Educação ambiental como prática para vida

POR ALEXANDRE QUEIROZ



FOTO: DIVULGAÇÃO

ALEXANDRE QUEIROZ
É COORDENADOR DE
EDUCAÇÃO NO CENTRO
DE ESTUDOS RIO TERRA;
BACHAREL EM CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDÔNIA (UNIR).

Muitas pessoas veem a Amazônia apenas como árvores e animais. Há mais de 25 milhões de habitantes vivendo nesta parte do Brasil. A região configura-se hoje como uma fronteira de expansão agrícola, um processo caracterizado pela ocupação de novas áreas para a realização de práticas agropecuárias que acabam criando vetores de desmatamento, expan-

são linear da pecuária e agricultura e outras práticas, muitas ilegais, como extração ilegal de madeira.

Todos esses vetores contribuem para que o Brasil seja um dos maiores emissores de gases de efeito estufa (GEE) do planeta. A maior parte das emissões brasileiras tem origem na Amazônia, causada pelas mudanças de uso do solo

nos seguintes momentos: abertura de novas áreas para implantação de pastagens e áreas agrícolas, retirada ilegal de madeira, expansão urbana, entre outras.

Frente a esses problemas socioambientais, temos um grande desafio, levar conhecimento e tecnologias sociais a atores que podem protagonizar e implementar ações de enfrentamento às mudanças

climáticas, contribuindo diretamente para as metas almejadas pelo Brasil em acordos climáticos internacionais. Acreditamos em processos de conservação florestal baseados no engajamento das pessoas, no qual só teremos mudanças deste cenário a partir do momento em que os sujeitos de direito tiverem acesso à tecnologia, informação, educação de qualidade e a recursos que propiciem melhores condições de vida para eles e suas famílias.

Executamos um processo de educação não formal em mais de 12 municípios do estado de Rondônia, junto a comunidades ligadas a agricultura familiar e demais populações tradicionais residentes em reservas extrativistas. As ações trabalhadas nas comunidades designam um processo com várias dimensões como: fomento a aprendizagem política para garantia de acesso a direitos fundamentais, alternativas de produção não lineares e

adequação ambiental em propriedades da agricultura familiar, como forma de recuperar áreas degradadas, diversificar renda, fortalecer as comunidades socialmente e combater o avanço do desmatamento na região.

Dentre as ações realizadas para mais de quatro mil pessoas nos últimos dez anos estão as de sensibilização da população local por meio do envolvimento em cursos de formação, experimentos agroflorestais, dias de campo, implantação de sistemas de geração de energias renováveis e implantação de quintais produtivos, que visam melhorar aspectos ligados a segurança alimentar, questões de gênero e organização comunitária.

Demonstramos às famílias a importância dos serviços ambientais que suas propriedades prestam, a partir da transformação de comportamento, para que passem a enxergar suas propriedades como um espaço de importância

socioambiental, interação social e fonte de geração de renda. Dessa forma, os trabalhos de educação ambiental pautam-se no desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações. Estes são valores inseparáveis na defesa da qualidade de vida, que abrange aspectos socioambientais e o exercício da cidadania.

Nossas ações de educação visam a um caráter emancipatório para as comunidades beneficiárias, para que possam refletir sobre novas possibilidades de atuação coletiva, bem como trazer formas positivas de expressar suas potencialidades individuais, desencadeando na comunidade uma relação de identidade com o espaço com o qual convive, interage e aprende cotidianamente. ■

A defesa do meio ambiente e as periferias

POR NILTO TATTO

Durante os debates na Câmara dos Deputados, muitas vezes ouvi dos defensores da política ecocida de Bolsonaro e Ricardo Salles que a defesa do meio ambiente e a luta diária travada por ambientalistas e movimentos ligados à área eram coisas de “ecochatos” e “nada tinham a ver com as grandes cidades”.

Essa definição, absurdamente equivocada, me fez lembrar de uma reunião em 2006, no bairro do Jardim Ângela, um dos mais populosos da Zona Sul da cidade de São Paulo, em que o padre Jaime Crowe, conhecido defensor do povo daquela região, fez um comentário que me marcou muito. Ao analisar os resultados de uma pesquisa sobre a área de proteção à Represa Guarapiranga, Crowe relacionou que, nos mapas apresentados, as áreas mais degradadas eram também as áreas mais violentas, e que isso ficava evidente quando

se comparava os Mapa da Violência com os Mapas da Degradação Ambiental. Concluiu afirmando que a destruição ambiental é também uma expressão da violência, pois destrói e brutaliza as relações sociais e comunitárias ao induzir todos os outros tipos de violência e exclusão.

Até hoje, para muita gente, ainda soa estranho falar das questões ambientais. Era muito comum ouvir que primeiro se tinha de resolver problemas urgentes como moradia, transporte, pavimentação, acesso à saúde, educação, emprego e todos os demais temas



comuns das lutas populares. É habitual ouvirmos que as preocupações com o meio ambiente eram coisas cosméticas, temas da classe média que já havia resolvido questões fundamentais.

Essas relações narrativas são construídas para perpetuar históricas desigualdades que, com o processo de urbanização, produziram uma nova

**NILTO TATTO É
AMBIENTALISTA
E DEPUTADO
FEDERAL
(PT-SP)**

feição à exclusão social. Uma visão ultrapassada que conceitua desenvolvimento como opositor ao meio ambiente, como se a proteção ambiental fosse dissociada da geração de empregos e renda às populações das cidades.

Mas ainda assim as periferias seguem lutando. Hoje vemos que as populações dessas áreas se conscientizam cada vez mais sobre como as questões ambientais são importantes em temas do seu dia-a-dia, como saneamento básico, coleta de lixo, entupimento de córregos, proteção dos mananciais, entre outros.

Um exemplo dessa mudança de hábitos é o crescimento do movimento vegano nas periferias.

Associado tradicionalmente às elites e classe média alta, o número de pessoas que aderiram ao veganismo vem crescendo, especialmente entre os jovens. O tema motivou um documentário, produzido pela Mídia Ninja, intitulado “Vegano Periférico”, em 2020.

Portanto, se a periferia é estigmatizada como espaço de violência e desigualdade, é também um polo de inteligência e criação de soluções. As juventudes periféricas têm produzido inúmeras soluções, em espécies de “usinas criativas”, liderando a comunidade em projetos que fazem refletir e propor soluções a esses problemas. As cooperativas de catadores,

por exemplo, têm realizado um trabalho notável na conscientização sobre o descarte adequado de lixo. Há vários outros exemplos como esse.

A luta pelo Meio Ambiente equilibrado e de políticas que levem a sério o respeito aos rios, árvores, animais e solo urbano tem levado mais gente a compreender os motivos de os bairros periféricos terem tantos problemas como chuvas e alagamentos, deslizamentos, e pela ausência de infraestrutura adequada como transporte, calçamento, falta de água, saneamento. A periferia resiste, felizmente adquirindo cada vez mais consciência ambiental. ■



FOTO: ALTEMAR ALCANTARA / SEMCOM

Chamada Pública Reconexão Periferias

No primeiro semestre de 2020 realizamos um edital de Chamada Pública para organizações e coletivos que fazem parte da rede Reconexão Periferias, 28 entidades foram contempladas. As atividades fruto da Chamada Pública Reconexão Periferias, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert-Stiftung, acontecerão até 2021. Veja alguns materiais de divulgação.



Maria Zenaide (AC)

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

É cantora, compositora e faz parte da banda Águas do Juruá, onde canta samba brega. Nasceu há 66 anos na zona rural de Tarauacá (AC), na beira do rio do mesmo nome, numa colocação chamada Chapéu de Sol, no seringal Bela Vista.



Mora atualmente em Rio Branco, tem cinco filhos adotivos e começou a trabalhar como parteira aos 10 anos de idade junto com a tia. Já realizou mais de 306 partos na zona rural, muitas vezes sem nenhum retorno financeiro, apenas por amor e cuidado pelas mulheres. Dona Zena é formada em auxiliar de enfermagem e já trabalhou em Marechal Thaumaturgo, no Vale do Rio Juruá, como agente comunitária de saúde, em Unidades de Saúde auxiliando os médicos cubanos em partos. Já trabalhou também com educação e alfabetizou 60 pessoas na comunidade onde morava.

Sofreu um ataque de um homem que cegou seu olho esquerdo, mas nunca se deixou abater e segue lutando, fiel a si mesma.

Na pandemia, sem poder fazer shows, Dona Zena busca formas de complementar a renda: ela abriu uma vaquinha coletiva para arrecadar dinheiro para compra do material e montagem do ateliê para confecção dos seus artesanatos.

O valor arrecadado será investido em itens como máquinas de costura, tecidos, miçangas, linhas, etc.

Vamos valorizar as mestras e mestres da cultura popular

Youtube: Zenaide Parteira

<https://www.youtube.com/channel/UCyhDsbXqQahGWLj7CNQLjQg/videos>

Facebook: Maria Zenaide De Souza Souza Carvalho

<https://www.facebook.com/mariazenaidedesouza.souzacarvalho>



Minhas Queridas Parteiras

Minhas queridas parteiras, desculpe não lhe ajudar
Pois uma andorinha só não tem força pra voar
Ainda que ela voe não pode equilibrar
Pois a sua força é pouca não dá para chegar lá

Já voei por todo lado
Não me deram decisão
Nem para conseguir uma gratificação
Agora em 2021 a minha fé aumentou
Pode ser que os políticos nos prestem atenção
Olhando o movimento da nossa associação
Para ver o quanto sofre por falta de condição

Nós parteiras somos médicas na hora da precisão
Realizamos todos os partos com dedicada atenção
Cuidando da parturiente para melhorar o padrão
Quase todos os movimentos ganham por trabalhar
Somente nós parteiras trabalhamos sem ganhar
Lá dentro do município no Vale do Juruá

Composição: Maria Zenaide



Priscila Magela (MG)



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Cantadeira, compositora e poeta da beira do Velho Chico, como é conhecido popularmente o Rio São Francisco, em Minas Gerais. Nunca fez aula de canto e aprendeu essa arte nas águas do Velho Chico, apoiando as mãos no ouvido em forma de concha e assim aprendendo a afinar as cordas vocais, aprimorando seu canto em conjunto com o som das águas do rio.

O canto de Priscila é todo para o rio São Francisco. De voz forte como um rio e doce como as águas das nascentes, ela denuncia por meio de suas composições autorais as agruras que o rio sofre, incorporando novos sotaques e convencendo de que precisamos cuidar inclusive dos rios que desaguam em nós.

Em suas letras, defende as águas, a reconexão com a mata, com a natu-

reza, para que possamos alcançar maior harmonia com o ambiente em que vivemos, nos voltando para a ancestralidade. Priscila vem de um lugar onde a maior parte da população é negra, um povo que anda tomado pela tristeza dos problemas que a pandemia evidenciou. Apelidada pelo pessoal da bacia do São Francisco de “Voz do Rio”, também a utiliza para defender as águas, integra o Coletivo Velho Chico Vive que atualmente luta contra a instauração da barragem do Formoso, que já está tendo um impacto negativo para a população ao redor e na cidade.

Priscila está em um processo de finalização de um livro e afirma com todo o afeto que o rio São Francisco é seu maior amor, que corre dentro dela e segue sendo extremamente grata por ter como berço o Velho Chico.

Rio Vivo

Cê sabe moça o que é crescer na beira de um rio vivo
De nascer com cheiro de terra molhada de rio vivo
Não tem falta d'água na beira do rio vivo
Não tem falta d'água na beira de Francisco
Travesei o Velho Chico, subi pra riba dum fio
Arriscano minha vida, pro home não buli meu rio
Intonce o quê que assucedeu o céu debaixo arribou
E o povo morreno de fome
E home de tanto comer
Olha lá Opará Velho Chico Rio da integração
Francisco nosso avô
Velho Chico nosso irmão
Olha lá Opará Velho Chico Rio da integração
Francisco nosso avô
Velho Chico meu amor
Tão querendo te sangrar bem no meio do coração
Mais nois num deixa não
Mais nois num deixa não

Música e Letra: Priscila Magella

REDES SOCIAIS:

Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UCr0m8JZU7ruP7YUTqJJFgjQ>

Instagram:

@priscila_magella

https://www.instagram.com/priscila_magella/

AGENDA DE JUNHO DE 2021

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:



Programa Quinzenal Reconexão Periferias

Terça-feira, às 17h (horário de Brasília)
No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Temporada do Espetáculo Depósito

Data: 12/06, 13/06, 19/06, 20/06 e 27/06 às 15h
Disponível em: Facebook/ciapalhadiaco
Facebook/Circo.Palombar | YouTube/CiaPalhadição

O Poder do Crochê - Projeto Crochetando Empoderando

Data: Todos os domingos das 16:00 às 18:00
Informações e inscrições [aqui](#)

Espetáculo infantil: Rádio Popular da Criança - Grupo Rosas Periféricas

Data: 10/06, 11/06, 17/06, 18/06, 24/06 e 25/06 às 15:00
Transmissão disponível em: [Facebook](#) e [Youtube](#)

Espetáculo: Vênus de Aluguel - Grupo Rosas Periféricas

Data: 10/06, 12/06, 17/06, 19/06, 24/06 e 26/06 às 20:00
Transmissão disponível em: [Facebook](#) e [Youtube](#)
OBS: Classificação: 18 anos

Sarau: Sarau da Antiga 28 Pergunta - Grupo Rosas Periféricas

Data: 26/06 às 17:00
Convidado: SARAU ELO DA CORRENTE | Raquel Almeida, Douglas Silva e Guinniver. Com Gabriela Cerqueira, Michele Araújo, Monica Soares, Paulo Reis e Rogério Nascimento
Transmissão disponível em: [Facebook](#) e [Youtube](#)

Roda de conversa: As Mulheres e o Teatro - Grupo Rosas Periféricas Convidada: Marta Baião

Data: 30/06 às 20:00
Transmissão disponível em: [Facebook](#) e [Youtube](#)

Nebulosa websérie

Data: até 14/06 às 20:00
Disponível em: www.youtube.com/giovanicidreira

Slam Resistência

Data: 07/06 às 20:00
Disponível [aqui](#)

Slam Lusó

Data: 16/06 às 18:00
Disponível em: <https://www.facebook.com/slamluso>

Oficina A Multiplicidade da Palhaçada (Palhaçaria/Circo)

Oficina A Multiplicidade da Palhaçada (Palhaçaria/Circo) - Esta oficina de curta duração se dedica à introdução da técnica do palhaço, mesclando jogos teatrais e rodas de conversa que visam explorar a sensibilidade, a percepção, a habilidade do improviso e a interação com o corpo.

Entre 02/06 à 29/09/2021 (4 meses)

Maiores de 14 anos

Inscrições [aqui](#)

Rádio Comunitária "A Voz das Comunidades" 87,9FM na [página do Facebook](#) e no aplicativo

Programações diárias das 6:00 às 20:00 (horário de Manaus)

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação

<https://www.mulheresnacomunicacao.com/>

Todos os sábados às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6:00, 13:00, 19:00 e 23:00

O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Novas edições da Revista Sampa Mundi sobre Mulheres em Movimento na Zona Sul

Disponíveis em: <https://www.sampamundi.com.br/>

Livro Cultura Política das Periferias Estratégias de Reexistência,

concebido pelo selo Reconexão Periferias e organizado por Ana Lucia Silva Souza com capítulo introdutório e 23 artigos de 42 autores que expressam vozes de coletivos, produções e fazeres da cultura periférica, na contramão dos apagamentos e silenciamentos sistemáticos cotidianos, em especial os das juventudes negras. Disponível [aqui](#)

Documentário "Relatos de uma pandemia nas periferias amazônicas"

é o resultado de uma trajetória de registros audiovisuais produzidos pelo Coletivo Ponta de Lança - ação contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert Disponível [aqui](#)

e-book Mulheres Negras Resistem: território, raça/cor e gênero

Disponível [aqui](#)

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital Fundos da Infância e da Adolescência - Itaú	O Itaú Social abriu as inscrições para o Edital FIA (Fundos da Infância e da Adolescência). Na edição deste ano, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, o foco principal será apoiar projetos que contribuam para a garantia de direitos diante do quadro de aumento das desigualdades. Destinado aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente	30/07/2021	https://www.itausocial.org.br/editais/
Fundo Nossa Parte Pelo Todo - Instituto BRF	Propostas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), prefeituras, governos estaduais e outros órgãos públicos das esferas municipal ou estadual, além de propostas apresentadas por hospitais com fins lucrativos que integram a rede SUS. São 4 Frentes de Patrocínio: Saúde e Ações Emergenciais Geração de Trabalho e Renda; Educação e Inclusão Tecnológica; e Segurança Alimentar e Proteção Social.	18/06/2021	https://editaisibrf.prosas.com.br/nossaparte-pelotodo2021.html
Matchfunding Enfrente o Corona	A Fundação Tide Setubal, em parceria com a Benfeitoria, abre inscrições para o Matchfunding Enfrente o Corona, plataforma de financiamento de iniciativas de enfrentamento dos efeitos do Coronavírus nas periferias brasileiras.	Inscrições contínuas	https://capta.org.br/opportunidades/fundacao-tide-setubal/

<p>Fondo de Acción Urgente</p>	<p>Os Apoios de Resposta Rápida – ARR é um modelo único de financiamento flexível e de curto prazo criado pelos Fundos de Ação Urgente, para apoiar de maneira estratégica ações que: protegem a diversidade de ativistas e suas organizações, quando elas estão em risco ou ameaçadas por seu trabalho na defesa dos Direitos Humanos e do território e da natureza; ou que atuem pela defesa e promoção dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTIQ+, estabelecendo precedentes legais, influenciando políticas e/ou promover mudanças nas práticas sociais ou culturais.</p>	<p>inscrições contínuas</p>	<p>https://fondoaccionurgente.org.co/es/que-hacemos/apoyos-de-respuesta-rapida/</p>
<p>Chamada para o dossiê "Coletivos culturais: resistências, disputas e potências" da PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura</p>	<p>A chamada propõe o debate sobre produções, práticas, trajetórias e atuação de coletivos formais e informais organizados em torno da cultura, considerando-se as relações e articulações que conformam a presença dessas coletividades na cena pública. Pretende-se reunir artigos de cunho teórico e/ou apoiados em dados empíricos que contribuam para essa discussão, em especial aqueles que permitam pensar as ações e reações de grupos sociais e sujeitos historicamente marginalizados nos sistemas de produção cultural.</p>	<p>Submissões até 31/07/2021</p>	<p>https://periodicos.uff.br/pragmatizes/announcement/view/515</p>

OPORTUNIDADES

<p>Chamada de Negócios da AMAZ</p>	<p>Buscando negócios e empreendedores que estejam gerando impacto socioambiental positivo e fortalecendo a bioeconomia, baseada na conservação dos recursos naturais e na valorização da sociobiodiversidade da Amazônia. Para isto, estão sendo chamados empreendedores, startups, organizações, negócios de base comunitária, instituições e empresas com modelos de negócios que sejam voltados à conservação da floresta, à valorização da biodiversidade e ao desenvolvimento socioambiental.</p>	<p>Até 14/06/2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/8772-chamada-de-negocios-2021-amaz-aceleradora-de</p>
<p>Circulação de Apresentações Artísticas - Fundação Cultural Cassiano Ricardo</p>	<p>Atender a demanda de difusão cultural em teatros, espaços alternativos, praças, parques, casas de cultura, outros espaços da Fundação Cultural Cassiano Ricardo ou seus parceiros. Em virtude da pandemia Covid-19 os interessados também poderão apresentar propostas para exibição em vídeo ou transmissão online (live) em canais virtuais da Fundação Cultural Cassiano Ricardo ou de seus parceiros.</p>	<p>Até 14/06/2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9152-circulacao-de-apresentacoes-artisticas-nos-formatos-de-exibicao-em-video-presencial-com-publico-ou-transmissao-online-credenciamento-002edita</p>

<p>Oportunidade aberta para organizações combatendo o tráfico de vida silvestre na América Latina</p>	<p>O Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos está com edital aberto para apoiar iniciativas de organizações da sociedade civil que atuem na prevenção ao tráfico de vida silvestre no Brasil, Argentina ou Costa Rica. O financiamento disponível é de 3 milhões de reais, cerca de 16 milhões de reais.</p>	<p>Até 27/07/2021</p>	<p>https://captadores.org.br/2021/05/30/opportunidade-aberta-para-organizacaoes-combatendo-o-trafico-de-vidasilvestre-na-america-latina/</p>
<p>Comissão Europeia abre edital com tema de conflito e mudanças climáticas</p>	<p>A Comissão Europeia lançou uma chamada global com o objetivo de apoiar comunidades a prevenir/mitigar conflitos que resultem das mudanças climáticas e das medidas de adaptação/mitigação das mudanças climáticas. Objetivos específicos dessa oportunidade incluem fortalecer a estrutura de governança local, nacional ou regional, para abordar os riscos relacionados a conflito e clima; contribuir para o fortalecimento da resiliência das comunidades locais para melhor responderem e lidarem com mudanças climáticas e conflitos; e melhorar a comunicação e a colaboração entre atores envolvidos na temática.</p>	<p>Até 25/06/2021</p>	<p>https://captadores.org.br/2021/05/26/comissao-europeia-abre-edital-com-tema-de-conflito-e-mudancas-climaticas/</p>
<p>O Fundo Global de EbA</p>	<p>Liderado pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e pelo Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (UNEP), o Fundo Global de EbA (Adaptação dos Ecossistemas, na sigla em inglês) é um mecanismo de apoio a abordagens inovadoras. O Fundo tem como objetivo financiar iniciativas catalisadoras para ajudar a superar as barreiras para aumentar a adaptação de ecossistemas.</p>	<p>Até 30/08/2021</p>	<p>https://capta.org.br/opportunidades/o-fundo-global-de-eba/</p>